

Ulysses convoca os ministros

"Conversa franca": convenção do PMDB e salário mínimo



Antonio Carlos e Aureliano hoje com Maciel

Crise ronda o PFL, que reúne seus ministros

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), reunirá hoje, à noite, os cinco ministros e os dois ex-presidentes do partido para análise do quadro político, especialmente o rompimento de setores do PMDB com o Governo e os atritos existentes nos Estados, que estão tornando inviável a Aliança Democrática.

Apesar das negativas, a cúpula do PFL está preocupada com a insatisfação das bases e da bancada, onde vários deputados estão formando um grupo dissidente, contrário ao Governo. Há, também, a informação de que alguns deputados sairão do PFL ainda neste recente parlamentar.

DELICADO

Há vários temas delicados para serem debatidos. O primeiro é a restrição do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, aos encontros mantidos pelo senador Maciel em busca de um pacto político, para sustentação do processo de transição. Aureliano, que tem o apoio do ministro Antônio Carlos Magalhães, acha fundamental preservar a Aliança Democrática.

Outro tema será a crise interna do partido, que, in-

clusive, forçou o adiamento da Convenção do PFL, que deveria ter sido realizada a 4 de maio. A cúpula do PFL acompanha, com preocupação, a articulação de parlamentares dissidentes com os chamados progressistas do PMDB, considerada, por muitos, como o embrião de um partido de esquerda democrática. Esta a cúpula, também, informada de que alguns deputados pretendem ingressar no Partido Liberal.

Os choques entre os Governadores do PMDB e o PFL será outro assunto do encontro. O ministro Antônio Carlos Magalhães tem feito, com frequência, críticas ao Governador Waldir Pires, o que tem repercussão negativa na Constituinte. Outra crise na Aliança é a surgida entre o Ministro do Interior, Joaquim Francisco (PFL) e o superintendente da Sude-nor, Dorany Sampaio (PMDB).

Com o apoio dos ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Anibal Teixeira (Planejamento), Dorany está procurando esvaziar a ação do Ministério do Interior no Nordeste. Couto e Teixeira liberaram as verbas da Sude-nor através de Dorany, quando cabia ao Ministério do Interior esta função.

Os ministros do PMDB e o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, reuniram-se ontem à noite para discutir questões ligadas à convenção nacional do PMDB e o aumento do salário mínimo. Do encontro participou também o governador do DF, José Aparecido. Quase todos os ministros, ao chegarem à residência de Ulysses, declararam desconhecer a pauta da reunião, e disseram que estavam atendendo a uma convocação do presidente do partido.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmou que se tratava de uma reunião normal para uma conversa sobre "como está o País". Ele defendeu a necessidade de se "pensar grande", observou que o povo está enfrentando uma situação difícil e falou sobre o que o Palácio do Planalto espera da convenção:

— O evento deve ser visto com naturalidade e pode trazer contribuições positivas. É muito importante que o PMDB se mantenha unido. O ministro da Administração, Aluizio Alves — o

primeiro a chegar — manifestou sua expectativa de que o partido encontrará uma fórmula de unidade, a de que "quem perder, obedece". Mas admitiu que o constituinte tem liberdade para votar questões não programáticas como o mandato presidencial e o regime de governo. Segundo Aluizio Alves, não haverá racha na convenção, cujo "estado de espírito" será influenciado por uma taxa de inflação em julho entre 3 a 4 por cento, conforme informações de que dispôs. O ministro disse também que o salário mínimo poderá ser até mesmo superior a Cz\$ 3 mil, desde que não seja indexador das demais remunerações.

Um dos últimos a chegar, o ministro Bresser Pereira não quis dar declarações à imprensa, após estacionar seu carro na rua de acesso à residência de Ulysses. Já o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, disse apenas que quem sabia da agenda da reunião era o presidente do PMDB.

A tarde, Ulysses havia informado que pretendia colher as opiniões dos ministros sobre os assuntos da convenção, numa con-

versa franca, e discutir o aumento do salário mínimo, que vem sugerindo há tempos, inclusive ao presidente José Sarney.

As vaias aos representantes do PMDB no comício pelas diretas foram comentadas por alguns dos participantes da reunião. O ministro da Agricultura, Iris Rezende, disse que os peemedebistas foram vaiados "porque não tinham o que fazer naquele comício, e quem levou vaias levou bem, pois estava em terreno errado". Costa Couto disse ter certeza de que a maioria do povo está com o PMDB, e que as dificuldades que o País enfrenta serão superadas com "trabalho sério, e criatividade". Para o governador Aparecido, "o público não era peemedebista".

A reunião estava marcada para as 21h, e até às 22:40h doze ministros haviam chegado — faltavam os da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, dos Transportes, José Reinaldo Tavares — que estava no Maranhão —, e da Irrigação, Vicente Fialho.



Grupo em torno de Pimenta da Veiga falava mais alto que o orador

CONSTITUINTE

Conversas paralelas perturbam plenária

O deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) não usou o microfone nem uma vez na plenária da Constituinte ontem à tarde. Ele preferiu a articulação de pé-de-ouvido e com seu método discreto e mineiro foi sem dúvida quem canalizou mais atenção a sua volta.

Pimenta chegou ao plenário por volta das 15h30, uma hora depois de iniciada a sessão. Logo formou-se em torno dele um animado grupo, por onde passaram Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), Octávio Elísio (PMDB-MG), Jorge Uequed (PMDB-RS), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Plínio Arruda (PT-SP) e até Gerson Peres (PDS-PA).

Pimenta dizia achar precipitado o movimento de ruas pelas diretas durante o funcionamento da Constituinte, no que era contestado por Plínio Arruda. O deputado do PT acredita que pelo contrário, a mobilização do povo durante o debate na nova Constituição é um processo não só normal como saudável.

A certa altura, a conversa ficou tão animada — fugindo do estilo mineiro — e os deputados começaram a falar e a rir tão alto que o presidente da Mesa, o terceiro-secretário Arnaldo Farias de Sá, teve que interromper a sessão para pedir o fim das conversas paralelas. Alguns parlamentares lembraram da proposta do senador Iram Saraiva (PMDB-GO) sobre transmissão, pela TV, das sessões da Constituinte: "Seria uma calamidade", disseram.

Falava da tribuna a esta altura, o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), no horário reservado às lideranças, mas um dos mais entusiasmados do grupo de Pimenta era exatamente o deputado pedessista Gerson Peres. De costas para a tribuna e de frente para Pimenta, Gerson Peres certamente pouco ou nada ouviu do pronunciamento de Faccioni, que pedia resposta às perguntas que o ministro Bresser Pereira não respondeu quando esteve no Congresso e prometeu responder por escrito.

A intervenção de Arnaldo de Sá fez com que baixasse o volume das "conversas paralelas", mas não dissolveu o grupo. Este só dispersou com a chegada do presidente Ulysses Guimarães, às 16h15, porque Pimenta foi até a mesa falar com Ulysses e por lá ficou, cerca de meia hora.

A conversa dos dois só era interrompida os segundos necessários para Ulysses chamar o parlamentar seguinte sempre que um deles terminava de falar. Ulysses foi obrigado a parar, também, quando Plínio Arruda fazia o seu pronunciamento. "Eu queria merecer de meu querido atenção", disse Plínio, que perguntava quando a Mesa responderia ao seu requerimento propondo mudanças na forma de discussão do anteprojeto.

As 16h55, Pimenta foi embora, seguido cinco minutos depois por Ulysses. A saída dos dois esvaziou sensivelmente a sessão, que ainda arrastou-se até pouco depois das 18h.

Votação na TV "é inviável"

O 2º vice-presidente e corregedor da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), disse ontem que "não cabe" projeto de decisão para obrigar a transmissão, por rádio e tevê, das sessões de votação da Constituinte. Na sua opinião, o projeto, de autoria do senador Iram Saraiva (PMDB-GO), deverá ser arquivado pela Comissão de Sistematização.

Projeto de decisão, explicou o deputado Arbage, só se aplica para suspender medidas que possam ameaçar os trabalhos da Constituinte, o que não é o caso. "O senador está propondo uma

medida, não está suspendendo nada", adiantou, argumentando, ainda, que seria inviável a transmissão de votações que podem começar de manhã e se prolongarem até de madrugada, uma vez que elas não podem ser interrompidas.

O 2º vice-presidente da Constituinte ainda mostrou outro ponto controverso no projeto do senador Iram Saraiva: ele prevê a transmissão das votações nominais e elas serão feitas pelo sistema eletrônico. A decisão final, contudo, somente deverá ser conhecida na próxima semana, já que o projeto só foi despachado para a Comissão de Siste-

matização ontem, pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e sua tramitação demora cerca de 10 dias.

De acordo com o regimento, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), tem 24 horas para designar um relator, que deverá dar seu parecer em cinco dias. Caso seja favorável ao projeto de decisão, o relator deve enviá-lo ao plenário para discussão e votação em dois turnos, onde somente será aprovada por maioria absoluta. Do contrário, dando parecer desfavorável, o relator arquivará de forma definitiva o projeto.

PODER & POLÍTICOS

A hora do pacto

Sem um entendimento político, difícilmente o processo de transição democrática terá sucesso. Há uma gama de problemas graves convergindo em um mesmo sentido, problemas econômicos, financeiros, políticos e institucionais com profundas repercussões sociais. E há uma Constituinte que gera insegurança em todas as classes sociais, o que agrava a crise.

O mais grave é a questão social, que em pleno Século XX não pode ser tratada como um caso de polícia, como queria Washington Luis, antes de 1930. Há um consenso dentro e fora do Governo de que o salário mínimo de 1 mil 900 cruzados não atende às necessidades mínimas de uma pessoa.

Os relatos de saques a supermercados em São Paulo são indícios claros de que o problema social, o problema da fome pode explodir de forma inesperada. O senador José Richa, do PMDB do Paraná, justifica suas preocupações com a sorte da abertura em face da consciência que tem da gravidade dos problemas sociais.

Desde as depredações de ônibus no Rio de Janeiro, provocadas pela liminar concedida por um magistrado desatento e mal-informado, Richa diz que começou a admitir a possibilidade de explosões sociais nos grandes centros urbanos do País. Uma longa conversa que teve domingo com o sociólogo Hélio Jaguaribe aumentaram suas preocupações.

Jaguaribe exibiu dados estatísticos ao senador paranaense, alguns dos quais mostravam que 40 por cento da nossa força de trabalho ganham de zero a um salário mínimo, salário que está longe de atender às necessidades básicas de uma pessoa, quanto mais de uma família.

Com base no estudo do sociólogo carioca, Richa propõe que o Governo institua imediatamente um programa de distribuição de alimentos a desempregados e trabalhadores que ganham até três salários mínimos. Algo semelhante ao *foods and stamps*, sistema utilizado pelo governo dos Estados Unidos para atender às populações carentes.

Todos estão preocupados com o problema social — alguns falam em explosão social, outros em convulsão social. E não apenas políticos de esquerda, como alguns ideologicamente insuspeitos, da marca de José Richa ou do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, para quem a gravidade da questão social deverá comprometer a redemocratização se o Governo não adotar uma providência urgente.

Até agora, os partidos mais à esquerda, como o PT, o PDT e o PC do B receberam com desconfiança qualquer proposta de entendimento. Lula teve uma conversa com o senador Marco Maciel, que não progrediu. Mas, o presidente do PT admite um entendimento desde que o Governo se disponha a discutir com seus interlocutores as causas reais da crise política, econômica e social, sem afastar a possibilidade de imediata aplicação de instrumentos de política fiscal para melhorar o padrão de vida dos assalariados, principalmente os de baixa renda.

O senador José Richa, habitualmente apontado por muitos como um político conservador, reconhece que o atual salário mínimo não garante a sobrevivência do trabalhador e aceita discutir a esse respeito como a respeito de outros problemas relacionados com a questão social. Por mais difícil que seja, o entendimento não é impossível, desde que haja boa vontade para debater os diferentes aspectos da crise.

TARCISIO HOLANDA

Golbery é levado para São Paulo

São Paulo — O ex-ministro Golbery do Couto e Silva chegou ontem à São Paulo, por volta das 18 horas e logo em seguida, de ambulância, deu entrada no Hospital Sirio Libanês, no bairro da Bela Vista, acompanhado de seu médico particular Laércio Valença, pneumologista e secretário da Saúde do Distrito Federal.

Pouco mais de 30 minutos depois chegou ao hospital o médico Emilio Mattar, gastroenterologista, que irá atender Golbery em São Paulo. Ele será submetido a uma série de exames.

Golbery foi transferido para São Paulo, segundo se apurou, depois de apresentar um quadro de hemorragia no aparelho digestivo.

Saturnino faz articulação de novo partido

PEREIRA DA SILVA Correspondente

Rio — Está em curso, a nível nacional, a mais ousada articulação política com vista a afastar do quadro partidário o PMDB do deputado Ulysses Guimarães e tem como principais articuladores, no Rio, o prefeito Saturnino Braga, simultaneamente em Brasília e em São Paulo, o senador Mário Covas, em Pernambuco, o governador Miguel Arraes e, na Bahia, o governador Waldir Pires. O governador Moreira Franco está sendo sondado para ser um dos seus pilares de sustentação. Trata-se do retorno do Partido Social Democrático (PSD), do qual o sogro do governador fluminense, ex-senador Amaral Peixoto, foi uma de suas lideranças mais expressivas.

Além desses nomes, fala-se na participação do governador Henrique Santillo (Goiás) e do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Caberá ao governador Moreira Franco, nesse processo de articulação nacional, puxar para o mesmo barco os seus colegas de São Paulo, Orestes Quércia, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, embora estes dois nomes não estejam sendo colocados como indispensáveis dentro do novo esquema partidário que poderá surgir ainda este ano, tão logo terminem os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

O líder do PMDB e portavoza do governador Moreira Franco na Assembleia Legislativa, deputado Elias Camilo Jorge, em conversa com os repórteres credenciados no Palácio Tiradentes, deixou transparecer que o PMDB está chegando ao fim, pois ele foi o partido da resistência ao arbítrio, está sendo o partido da transição e amanhã, terminando esse processo terá fim também. A razão de sua existência, sendo necessário o surgimento de uma nova legenda capaz de representar os novos tempos. Esse novo partido reunirá em torno de si, segun-

do o deputado Elias Camilo Jorge, a ala progressista que convive dentro do PMDB e de outras siglas partidárias.

O líder do PMDB na Assembleia Legislativa praticamente está secundando as declarações do prefeito Roberto Saturnino Braga ao romper com o PDT do ex-governador Leonel Brizola, quando disse que saía para buscar a formação de frente social democrática que reúna em torno de si as lideranças políticas que não estão satisfeitas dentro dos seus atuais partidos, ocasião em que citou o nome do senador Mário Covas. Ontem, o prefeito Saturnino, ao retornar de São Paulo, não quis atender a imprensa, sob a alegação de que o momento era de conversa (mas não com jornalista) e de refletir sobre o momento político.

Embora seja um político jovem, com pouca experiência legislativa (foi eleito deputado federal mas não cumpriu o mandato, porque concorreu à Prefeitura de Niterói, ganhou e assumiu), o governador Moreira Franco está sendo considerado uma liderança em razão de sua vitória num Estado em que era governador Leonel Brizola. Moreira também é visto como um governante capaz de, com seu discurso, conquistar a maioria das prefeituras do Estado do Rio e formar uma legião de veadores para a nova sigla partidária que, de saída, ganharia uma bancada de deputados representativa. O PMDB tem, atualmente, 18 cadeiras do Legislativo fluminense.

Dentro desse esquema de reorganização do quadro partidário do País, o que aconteceria depois de concluídos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, o prefeito Roberto Saturnino Braga entraria no PMDB e não no PSB (Partido Socialista Brasileiro), o que seria considerado como um retorno às suas antigas origens, já que se elegeu senador pela primeira vez no MDB e conduziu pelas mãos do então senador Amaral Peixoto no outro lado da Baía de Guanabara.

"Caos é culpa do PMDB", diz Campos

Ao frisar que a Aliança Democrática já está morta, em nível federal e nos Estados, o deputado Maurício Campos (MG), 1º vice-presidente do PFL, acusou ontem as esquerdas do PMDB porque "estão querendo jogar nas costas do Governo o atual caos econômico, pelo qual são as principais responsáveis".

Campos reconhece que o Governo tem falhado em vários setores, mas acentua que toda a área econômica, cuja deficiência é a principal causa da crise existente, sempre foi coordenada pelo PMDB. "Não me lembro das esquerdas do PMDB denunciando os erros do Plano Cruzado. Pelo contrário. Lembro-me de que dele se aproveitaram na campanha eleitoral".

O deputado Maurício Campos acha que seu partido não pode ficar sem reagir às provocações dos governadores do PMDB, que estão perseguindo os pefelistas. Em consequência não há mais que falar sobre Aliança Democrática, que não existe na prática. Se o PFL ficar na inatividade em que se encontra será al-

tamente prejudicado nas próximas eleições.

Ressalta Campos que "o Governo e o PFL já deviam ter aprendido como agem muitos setores do PMDB. O que as esquerdas estão querendo fazer, nesse momento, é fugir à sua responsabilidade. Criticam o Governo como se nada tivessem com a situação em que o País se encontra, mas são, por ela, responsáveis".

Esse comportamento é muito ruim porque aumenta a gravidade da situação do País, que chega a ser preocupante. Há, a seu ver, dois fatores que precisam ser considerados, analisados, pois são complicadores sérios: o descrédito popular em que caem a cada instante o Governo e as instituições políticas e a alienação do Parlamento como instituição ante os problemas da conjuntura nacional".

Lamenta Maurício Campos que os parlamentares não estejam participando ativamente da solução dessa crise. "Isso é perigosíssimo para o Parlamento e para as instituições democráticas".

Turistas posam de parlamentares

Na sessão de ontem à tarde da Constituinte sentaram-se no plenário, pela primeira vez, quatro novos personagens. Não eram parlamentares do time dos "ausentes", mas convidados do deputado Ivo Cersósimo (PMDB-MS): o deputado estadual André Pulcinella, também do PMDB, sua esposa, o presidente da Câmara Mu-

nicipal de Naviraí, Carlos Domingos, e a esposa do prefeito de Carapó, Josefa Sanches Nakaiame.

Embora as galerias estivessem praticamente vazias, os visitantes preferiram as cadeiras do plenário, onde assistiram o discurso do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) durante cerca de cinco minutos. O

presidente da mesa, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) enviou a Cersósimo, através de um segurança, o pedido para que ele retirasse os seus convidados dali. O deputado fez, porém, pouco caso da solicitação e só saiu depois, quando os visitantes terminaram de apreciar o plenário e resolveram conhecer o restante do prédio.



Convidados de Cersósimo ocuparam poltronas dos constituintes